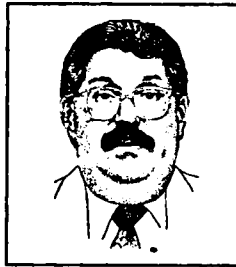


ANTONIO NETO

Socorro à Saúde

A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), em primeiro lugar, é uma contribuição provisória até que a reforma tributária seja implantada. Em segundo, é dinheiro carimbado para a área de saúde transformado em medida de emergência para atenuar o descalabro que a população pobre, e só ela, enfrenta hoje, quando necessita do atendimento público de hospitais ou postos de saúde. Aliás, talvez, a resistência à contribuição



CPMF tira alibi do governo, que diz não gastar com saúde por falta de recursos

tenha sua origem aí: é um problema do pobre, e o pobre, para parcela da elite dirigente deste país, tem a mesma importância dada a ele pelo deputado Justo Veríssimo, brilhante criação de Chico Anísio. E, em terceiro e último lugar, acreditamos que ela merece um voto de confiança, por partir de um profissional honrado como é o ministro Adib Jatene, que, após um ano e meio sem perspectivas, propõe uma alternativa para que possa fazer algo daquilo a que se propôs quando

aceitou o Ministério da Saúde. Sem contar que a CPMF, agora aprovada, elimina o alibi do governo que diz não melhorar o sistema de saúde por falta de recursos.

Em termos econômicos é mais fácil ainda entender a CPMF. É uma medida que rastreia todo o dinheiro isento de tributação como é o da caixa dois das empresas, o da economia informal, o dos bicheiros, o do narcotráfico e do contrabando, o que significa

que o dinheiro não tributado e os recursos gerados por uma reduzida elite é que financiarão a saúde emergencialmente.

Os números comprovam esse raciocínio. Numa movimentação de R\$ 1 mil a CPMF descontada será de R\$ 2,00. Ao considerarmos a informação do IBGE de que na pirâmide social 74% dos trabalhadores recebem até cinco salários mínimos, não será difícil entender que a saúde em nosso país não será financiada pelo salário de fo-

me dos trabalhadores brasileiros. Além disso, há as isenções: aposentados que ganham até dez salários mínimos, poupanças sem retirada por três meses e trabalhadores cujo ganho seja abaixo de três salários mínimos.

Se há posição contrária a esse imposto provisório, muito bem, é respeitável e assim deve ser, pois vivemos numa democracia. Mas, como tal, faz parte a apresentação de propostas divergentes para discussão e aplicação do que é melhor para a maioria. Assim, a pergunta é inevitável: quais são as alternativas emergenciais propostas pelos contrários à CPMF?

A reforma tributária seria o ideal, mas trata-se aqui de uma emergência, situação que exige agilidade e rapidez. A aprovação da reforma não é para já e até que o governo federal perceba seu grau de prioridade o triste cenário nas portas e corredores de hospitais tem de ser atenuado.

Há um outro dado. Na posição de alguns parlamentares que rejeitam a contribuição está implícita a postura política baseada no ideário neoliberal de abrir todas e quaisquer portas para a iniciativa privada. Na de outros, o tortuoso raciocínio de que a rejeição trará dividendos eleitorais, uma ingenuidade(?) que pode valer o próximo

mandato de muita gente. A estes, vale lembrar que a saúde pública em estado de descalabro será o argumento básico de quem defende a privatização da saúde.

A fiscalização da utilização dos recursos da CPMF, o combate às fraudes e a punição para os culpados pelas tragédias do setor, como a ocorrida na Clínica Santa Genoveva, deveriam ser medidas de união dos parlamentares na luta para inseri-las no dia-a-dia do ministério (seja em que época for), e não argumentos para rejeitar a contribuição.

Enfim, toda essa polêmica sobre a CPMF nos leva a uma única conclusão: enquanto a Conferência de Vancouver sobre Aids nos remete a um tempo de descobertas, o Congresso brasileiro nos devolve ao tempo em que as endemias eram tratadas única e exclusivamente com o enclausuramento das vítimas até o momento em que a morte chegasse. É esse o destino do pobre que hoje depende da saúde pública no Brasil.

■ Antonio Neto é presidente da Federação Sindical Mundial (FSM), da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados (SINDPD).